

→ Ex-presidente de órgão e Organizações Não-Governamentais (Ongs) **acusam barganha**

CPI da Funai quer reduzir terra indígena

EVANDRO ÉBOLI
→ REPÓRTER

O principal trunfo da política indigenista do Governo Fernando Henrique Cardoso, o recorde em demarcação de terras para índios, está ameaçado pela própria bancada governista, que acaba de instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o propósito de rever e reduzir algumas dessas áreas. À frente desta CPI estão os deputados Elton Rohnelt (PFL-RR), um dos vice-líderes do governo, e Antônio Feijão, do PSDB de Amapá, partido do presidente da República.

O ex-presidente da Funai

Márcio Santilli e algumas ONGs vinculadas à questão indígena acusam esses parlamentares de terem proposto ao governo a não-instalação da CPI em troca da revisão de Raposa Serra do Sol, uma extensa área de Roraima que está sendo demarcada pela Funai e que cruza municípios e grandes fazendas de gado.

Amigo de relações pessoais de Fernando Henrique e Ruth Cardoso, Santilli chegou a publicar a chantagem dos deputados na página do Instituto Sócio Ambiental (ISA), ao qual é vinculado. Ele testemunhou uma conversa de Feijão e Rohnelt com o presidente da Funai, Márcio Lacerda, numa ceri-

mônia no Palácio do Planalto há dois meses, ocasião em que fizeram a proposta.

A CPI foi instalada há 15 dias e é formada por deputados ligados à região amazônica, onde estão as grandes áreas indígenas. Ligados a madeireiros e garimpeiros, Feijão e Rohnelt reinam na comissão. O primeiro é o relator e o segundo vice-presidente. O deputado Alceste Almeida (PMDB-RR) segue as orientações dos dois. Os objetivos da CPI são avaliar os critérios de demarcação de terras, a relação da Funai com ONGs e como são contratados os antropólogos, que definem áreas a serem demarcadas, da entidade.

Nas duas sessões já reali-

zadas, a comissão já definiu as instituições e pessoas que serão chamadas para depor. Eles pretendem convocar, além da direção da Funai, a Pastoral do Índio, Itamaraty, Polícia Federal e até representantes dos G-7 (sete países mais ricos). O governo brasileiro não coloca um tostão em demarcação na Amazônia. Todo o recurso para essa tarefa vem desses países.

O Governo FH já homologou 79 áreas indígenas, quase 27 milhões de hectares, ultrapassando o recorde de Fernando Collor, de 26,4 milhões de hectares. Se o propósito dessa CPI não ficar só no papel, além do bombardeio das críticas dos países desenvolvidos, FH

entra para a história como um dirigente político "reducionista", termo usado pelas ONGs para definirem a bancada amazônica.

A deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) é a única opositora que integra a CPI. O PT ainda irá indicar seus representantes. Na reunião da última terça-feira, a parlamentar demonstrou, porém, ainda que a minoria será uma pedra no propósito da bancada amazônica. E conseguiu sua primeira vitória. Aprovou que as viagens às áreas indígenas ocorram apenas no segundo semestre. Feijão e Rohnelt queriam que ocorresse agora, para concluir o relatório final o mais rápido.

Documentação

11/6/1994 Pg

CASO: PIR 2075

Deputado quer fechar entidade "a maçarico"

O relator da CPI da Funai, Antônio Feijão, é conhecido crítico da entidade e defendeu na Câmara dos Deputados, no início deste ano, o fechamento da fundação. "A Funai deve ser fechada a maçarico", afirmou o parlamentar. Nesse encontro estavam presentes lideranças indígenas e o próprio presidente da Funai, Márcio Lacerda, que estava sendo sabatinado pelos deputados da Comissão de Meio Ambiente e Minorias.

O deputado Elton Rohne afirmou que a condição de vice-líder do governo não o fez recuar e não instalar a CPI. Ele é o autor do pedido da CPI, que estava esquecida na Câmara desde 95. "Tem coisas que o governo sabe que não pode me pedir", afirmou.

Os dois parlamentares negaram que tenham proposto ao governo retirar a CPI em troca da revisão da demarcação de Raposa Serra do Sol. Feijão disse que não quer polemizar com

Márcio Santilli, que o acusa de ter chantageado o governo. "Ele vai poder se explicar na CPI", afirmou o deputado. A ONG à qual Santilli é vinculado está na lista das que serão ouvidas pela comissão. Mas Feijão negou que tenha procurado alguém do governo.

O presidente da Funai, Márcio Lacerda, confirmou que houve uma reunião no Palácio do Planalto em que o assunto da CPI foi discutido. Ele afirmou que de fato esteve com os dois deputados mas negou, através de sua assessoria, que tenha havido proposta "barganha". Lacerda, porém, afirmou que "respeita muitíssimo" Santilli.

A reportagem apurou, entretanto, que Feijão esteve várias vezes com Lacerda na Funai, acompanhado de algumas lideranças indígenas do Norte. O deputado afirma ter em mãos documento de índios pedindo que a área de Raposa Serra do Sol não seja demarcada.

Num discurso esta sema-



Antônio Feijão, relator da CPI, **critica Funai**

na na Câmara, Feijão afirmou que "um alto funcionário do Planalto" lhe disse que as ONGs estão "em polvorosa" com sua indicação para o cargo de relator. Ele afirmou que em muitos casos a Funai atrapalha. "Há Estados que podem administrar a questão dos indígenas independente-



Vanessa atrapalha **bancada amazônica**

mente da União", afirmou, como mais um argumento contra a instituição.

Os trabalhos da CPI podem ser suspensos a qualquer momento. Os partidos de oposição entraram com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a abertura, nessa legislatura, de CPIs requeri-

das no período parlamentar anterior. A instalação das CPIs da Funai, da Borracha e do Desperdício de Alimento foi uma estratégia do governo para esvaziar a disposição de deputados de esquerda de instalarem comissões para apurar o sistema financeiro e o contrato da Nike com a CBF.(E.E.)

Documentação
11/6/1999 cont.
Hele Emma
PILIN 00715